



Pesquisa Qualitativa de Avaliação da Implementação do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo (PJA)

**Júnia Quiroga
Diretora de Avaliação
SAGI/MDS**

**Seminário Nacional do Projovem Adolescente
Brasília, 13 e 14 de dezembro de 2010**



Objetivos Gerais

- ❖ Acompanhar a implementação do Projovem Adolescente (PJA), com base em suas dimensões metodológicas e princípios orientadores;
- ❖ Subsidiar o desenvolvimento de indicadores de avaliação e monitoramento do PJA;
- ❖ Elaborar recomendações para aprimoramento do serviço.



Metodologia

- ❖ Pesquisa de caráter qualitativo;
- ❖ Executada por cinco consultores (PF), cada qual responsável por uma das grandes regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste;
- ❖ Coleta de dados entre abril e dezembro de 2009.



Amostra

- ❖ Conjunto de 04 (quatro) municípios de Portes Populacionais diferentes conforme classificação da NOB/SUAS, selecionados por amostragem aleatória estratificada;
- ❖ Pequeno Porte I: 1 CRAS
- Pequeno Porte II: 1 CRAS
- Médio Porte : 1 CRAS
- Grande Porte/Metrópole: 3 CRAS



Categorias de Análise

- ❖ Relação do profissional ou público com o serviço;
- ❖ Implantação e gestão do serviço;
- ❖ Infraestrutura do serviço;
- ❖ Acesso ao serviço;
- ❖ Instrumentos de gestão;
- ❖ Avaliação e monitoramento;
- ❖ Principais efeitos observados.



Principais Resultados

a) Relação do profissional ou público com o serviço:

Profissionais Relatam

Dificuldade de compreensão do material que orienta o serviço.

Dificuldade de implementação das atividades.

Uso de metodologias alternativas sem a devida sistematização.

Motivação para trabalhar no serviço.

PJA propicia abertura de novas alternativas de aprendizado social.



continuação

Jovens Relatam

PJA propicia oportunidade de praticarem alguma atividade específica.

Demanda por atividades de qualificação profissional ou de encaminhamento para estágios e atividades remuneradas.

Necessidade de diversificação temática das oficinas, com mais atividades práticas.

Quase todos reivindicavam a concessão de bolsas em contrapartida à participação no serviço.



b) Implantação e gestão do serviço:

Principais dificuldades

Escassez de profissionais qualificados.

Baixos salários dificultam a captação de profissionais.

Concorrência entre o serviço e ações dos governos municipais e estaduais.

Interferência da dinâmica político-eleitoral do município sobre a implantação e gestão do serviço.



c) Infraestrutura do serviço

Principais dificuldades

Todos os municípios referem-se à precariedade da infraestrutura física disponível para a oferta do serviço.

Distância entre o local onde ocorrem as atividades e a residência dos jovens.

Problemas na logística de distribuição dos cadernos que compõem o Traçado Metodológico.



d) Acesso ao serviço

Estratégias de divulgação:

Propagandas na mídia local e, principalmente, divulgação direta junto às famílias pelas equipes dos CRAS.

Captação de jovens:

Na maioria dos coletivos, não havia jovens com deficiência ou encaminhados pela PSE.

Iniciativas para encaminhamento desses jovens por instituições e/ou órgãos de defesa social são tímidas.

Critério para ingresso:

Reduz-se, quase sempre, à simples inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), em contraste, portanto, com a regulamentação do PJA.

Quantidade de vagas:

Poucos gestores municipais reclamaram da quantidade de vagas oferecidas pelo MDS.



e) Instrumentos de gestão

Verificou-se a reduzida utilização dos instrumentos de gestão do serviço pelos profissionais.

Instrumento de gestão mais utilizado: lista de frequência.

Os demais instrumentos de gestão (pasta de avaliação do coletivo, o caderno de campo do orientador e o diário do jovem) na maior parte dos casos, não eram utilizados e/ou sequer conhecidos.

profissionais encontravam maneiras próprias de registrar as atividades com os jovens, a saber: fotografias, cartazes e trabalhos expostos pelo CRAS ou outros espaços públicos

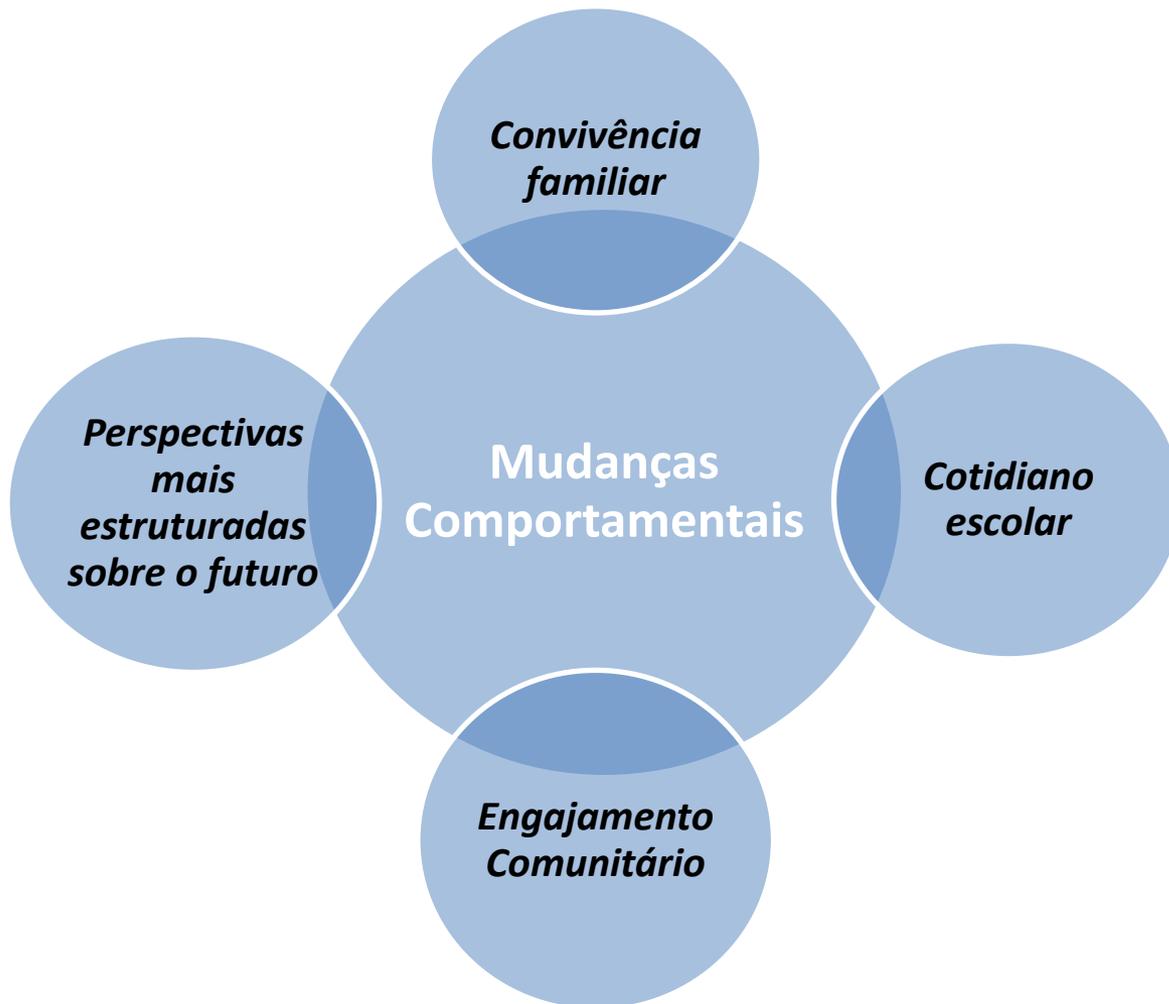


f) Avaliação e monitoramento

Em metade dos municípios pesquisados, não havia sistematização de atividades de planejamento ou avaliação, nem instrumentos adequados para realizá-las.

Entrevistados de todos os municípios afirmaram que a opinião dos jovens era levada em consideração no momento de planejamento das atividades.

g) Principais efeitos observados e expectativas





Considerações Finais

A despeito dos problemas assinalados neste sumário, os consultores encontraram, em campo, profissionais motivados e convencidos do potencial transformador do PJA.

As mudanças no comportamento dos jovens, que com o ingresso no PJA teriam se tornado mais críticos e engajados, são os principais estímulos apontados para a atuação dos profissionais em todos os municípios.



continuação

Ressalta-se que os resultados aqui apresentados não permitem – e nem pretendem - a generalização. Permitem, por outro lado, o aprofundamento sobre aspectos da implementação do serviço em seus começos. Em alguns casos, gargalos identificados à época já foram superados com o amadurecimento da implementação.



Grata pela atenção



Junia.quiroga@mds.gov.br

(61) 3433.1509